

**CLIENTELISMO E METAMORFOSES DA MEDIAÇÃO POLÍTICA NOS MUNICÍPIOS  
BRASILEIROS****CLIENTELISM AND METAMORPHOSES OF POLITICAL MEDIATION IN BRAZILIAN  
MUNICIPALITIES****CLIENTELISMO Y METAMORFOSIS DE LA MEDIACIÓN POLÍTICA EN LOS  
MUNICIPIOS BRASILEÑOS**

10.56238/revgeov17n1-171

**Jurutan Alves da Silva**

Doutorando em Ciências Sociais

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

E-mail: jurutan.alves@yahoo.com.br

**RESUMO**

O clientelismo constitui uma prática política que se manifesta durante o período eleitoral e se perpetua ao longo da gestão do indivíduo eleito para o cargo público, servindo como meio de preservar o poder em quase todas as regiões do Brasil. O que altera são as aparências de como esse se configura no contexto político nacional. Assim, o clientelismo refere-se à utilização de recursos públicos por parte dos detentores do poder, em contrapartida à lealdade política de seus eleitores. Atualmente, o Brasil possui 5.570 municípios, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O clientelismo se manifesta de diversas maneiras em localidades classificadas como de pequeno, médio ou grande porte. A classificação em pequeno, médio ou grande porte é baseada nas diretrizes do IBGE, que define como de pequeno porte os municípios com população de até 100.000 habitantes, como de médio porte aqueles com mais de 100.001 e até 500.000 habitantes, e como de grande porte os que possuem mais de 500.001 habitantes. O clientelismo se revela em todos os municípios do país de diversas maneiras, adequando-se às políticas regionais. Esta modalidade de alocação de recursos públicos transcende a geografia política local, alcançando o governo federal. Neste artigo, será analisado de que maneira essas transformações se manifestam em nível local, bem como as repercussões desse modelo de governança nessas áreas.

**Palavras-chave:** Clientelismo. Mediação Política. Governança Municipal. Território. Escala Urbana.**ABSTRACT**

Clientelism is a political practice that manifests itself during the electoral period and perpetuates itself throughout the term of the individual elected to public office, carried out as a means of preserving power in almost all regions of Brazil. What varies are the appearances of how it is configured in the national political context. Thus, clientelism refers to the use of public resources by those in power, in exchange for the political loyalty of their voters. Currently, Brazil has 5,570 municipalities, according to information from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Clientelism manifests itself in various ways in specific localities such as small, medium or large. The classification as small, medium or large is based on IBGE guidelines, which define small municipalities as those with a population of up to 100,000 inhabitants, medium municipalities as those with more than 100,001 and



up to 500,000 inhabitants, and large municipalities as those with more than 500,001 inhabitants. Clientelism manifests itself in all municipalities across the country in various ways, adapting to regional policies. This modality of public resource allocation transcends local political geography, reaching the federal government. This article will analyze how these transformations manifest themselves at the local level, as well as the repercussions of this governance model in these areas.

**Keywords:** Clientelism. Political Mediation. Municipal Governance. Territory. Urban Scale.

## RESUMEN

El clientelismo es una práctica política que se manifiesta durante el período electoral y se perpetúa durante todo el mandato de la persona elegida para un cargo público, sirviendo como medio para preservar el poder en casi todas las regiones de Brasil. Lo que varía son las apariencias de cómo se configura en el contexto político nacional. Así, el clientelismo se refiere al uso de recursos públicos por parte de quienes ostentan el poder, a cambio de la lealtad política de sus votantes. Actualmente, Brasil cuenta con 5.570 municipios, según información del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). El clientelismo se manifiesta de diversas maneras en localidades clasificadas como pequeñas, medianas o grandes. La clasificación como pequeñas, medianas o grandes se basa en las directrices del IBGE, que definen a los municipios pequeños como aquellos con una población de hasta 100.000 habitantes, los municipios medianos como aquellos con más de 100.001 y hasta 500.000 habitantes, y los municipios grandes como aquellos con más de 500.001 habitantes. El clientelismo se manifiesta en todos los municipios del país de diversas maneras, adaptándose a las políticas regionales. Esta modalidad de asignación de recursos públicos trasciende la geografía política local y alcanza al gobierno federal. Este artículo analizará cómo se manifiestan estas transformaciones a nivel local, así como las repercusiones de este modelo de gobernanza en estas áreas.

**Palabras clave:** Clientelismo. Mediación Política. Gobernanza Municipal. Territorio. Escala Urbana.



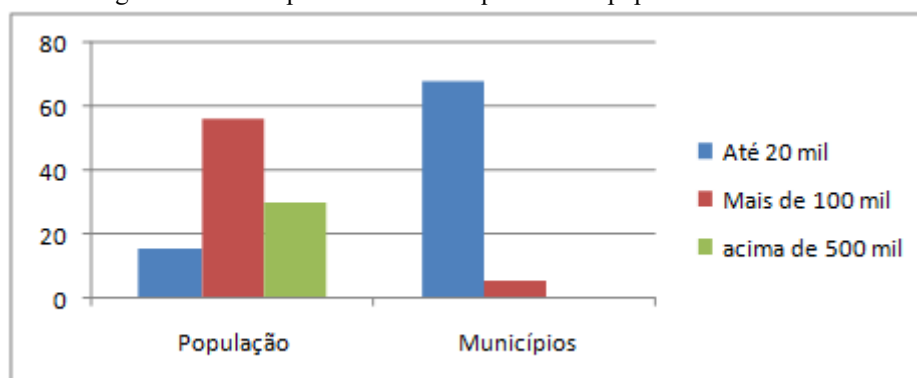
## 1 INTRODUÇÃO: TERRITÓRIO, PODER E MEDIAÇÃO POLÍTICA

Este artigo visa discutir os modos de administração política entre os cidadãos brasileiros e examinar como as ações conhecidas como clientelismo se manifestam nas interações políticas entre os indivíduos envolvidos nas relações. De que maneira o clientelismo se evidencia nas interações municipais no Brasil? Investiga-se de que maneira essa modalidade de governo perdura durante os períodos democráticos na nação. As suposições indicam que, em razão das desigualdades sociais persistentes no país, as limitações enfrentadas pelos eleitores para acessar os serviços públicos e os interesses das elites políticas, que atuam como uma estratégia para preservar o status quo, o clientelismo permanece como uma prática no cenário político. O intuito é compreender de que maneira esse tipo de intervenção pode perdurar em diversos municípios, que apresentam realidades sociais, geográficas e populacionais distintas.

Atualmente, o Brasil conta com 5.570 municípios, muitos dos quais foram constituídos em decorrência de conflitos políticos entre clãs que exerciam poder em uma determinada localidade. Com o advento de novas famílias ou grupos, decidiu-se, como solução, dividir a área geográfica em duas partes. No Brasil, existem cenários como o do município de Serra da Saudade, localizado em Minas Gerais, que, conforme estimativas do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), contava, em 30 de agosto de 2017, com apenas 812 habitantes. Em contrapartida, a cidade de São Paulo, a mais populosa do país, possui uma população de 12,1 milhões de pessoas.

Em 2017, os municípios com mais de 100 mil residentes representavam 56,5% da população do Brasil, ou seja, 117,2 milhões de indivíduos moravam em apenas 5,6% do total de municípios, que eram 310. Nos municípios que possuem mais de 500 mil habitantes, totalizando 42, correspondente a 0,75%, residia 30,2% da população nacional, o que equivale a 62,6 milhões de indivíduos. Por outro lado, os municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68,3% do total, abrigam 15,5% da população, ou seja, 32,2 milhões de pessoas.

Figura 1 – Municípios brasileiros e quantitativo populacional em 2017:



Fonte: IBGE



As eleições para a seleção dos governantes, conhecidos como prefeitos municipais, ocorrem a cada quatro anos em todas as regiões, assim como a eleição dos vereadores que atuam nas câmaras legislativas locais. A quantidade de vereadores nessas câmaras varia de acordo com o efetivo de habitantes da localidade, estabelecendo 9 como o mínimo de representantes e 55 como o máximo.

O prefeito municipal possui prerrogativas e poderes equivalentes aos de um presidente da república, porém limitados à sua esfera geográfica municipal. A maneira de administrar um município, independentemente de seu porte ser pequeno, médio ou grande, difere em razão das demandas que cada um desses entes apresenta. Conforme os dados apresentados, constata-se que mais da metade da população brasileira reside em municípios que possuem uma forma de administração correspondente a cidades de médio porte. Entretanto, quais são as formas de governo que apresentam divergências e quais as razões dessa variação entre os municípios?

## **2 CLIENTELISMO COMO MECANISMO RELACIONAL DE MEDIAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE**

No presente artigo, a conceituação de clientelismo refere-se à troca de favores políticos em troca de lealdade entre os diferentes sujeitos implicados na ação. Isso implica que aqueles que têm acesso aos bens públicos os distribuem em troca da lealdade dos que precisam desses recursos. Normalmente, esse acesso é exclusivo de políticos, que o distribuem entre seus eleitores leais, os quais efetuam propaganda ou atuam em suas campanhas.

No Brasil atual, as relações clientelistas ocupam os espaços dos meios de comunicação, promovendo o fluxo de informações relevantes entre os membros dos grupos, o que mantém a integração destes por meio de trocas e favores. Isso indica os meios e caminhos a serem seguidos, além de moldar comportamentos com o objetivo de atender aos interesses dos integrantes da rede. Essas relações clientelistas também promovem a representação entre a sociedade e o Estado, proporcionando aos segmentos mais vulneráveis da população um canal para expressar suas vozes e instrumentos para garantir a obtenção de recursos destinados a demandas específicas. Essas ações ocorrem em virtude da aproximação entre o cliente e o patrono, que se dá por meio das relações clientelistas.

A comunicação é essencial em razão da rede que se estabelece entre os envolvidos, visando à concretização de acordos e à realização de trocas amplas. Dessa forma, o clientelismo surge como uma opção em relação à ampla presença das estruturas estatais, nas quais as interações deveriam ser caracterizadas pela impessoalidade. As relações clientelistas, portanto, funcionam em uma estrutura piramidal que permeia as interações dentro da sociedade brasileira, desde seus estratos superiores até os inferiores. As classes políticas no Brasil detêm uma intrincada rede de relações clientelistas que se estende desde os estratos superiores até as áreas de sua atuação política, ou seja, abrange todo o governo central e conecta-se às regiões geográficas onde há a presença de um representante político.



O clientelismo não se relaciona com o retrocesso político, econômico ou cultural de uma localidade; trata-se de uma maneira de governar e realizar a distribuição de bens públicos com o intuito de preservar o status quo inalterado. Indivíduos conectados em uma rede buscam atender às suas necessidades por meio da prática de clientela.

O político da região, a fim de se perpetuar no cargo e garantir acesso aos recursos públicos, busca satisfazer e conquistar um maior número de eleitores, empregando o clientelismo como estratégia para se manter no poder. Os políticos eleitos contam com assessores que atuam em seu benefício, os quais são indivíduos que lideram ou exercem influência em regiões específicas do município. É facultado a esses assessores o acesso a uma parte da distribuição de bens públicos, a fim de manter o político no exercício de seu cargo. Assim, prefeitos, vereadores e assessores políticos possuem conhecimento sobre como agir na esfera política e a quantidade de votos que poderão obter em uma eleição.

As interações entre os poderes também se concretizam por meio de práticas clientelistas. Os vereadores que apoiaram o político eleito começam a ter acesso aos bens que o chefe do executivo irá distribuir, os quais são repassados aos eleitores que permanecem leais a ambos os eleitos.

No que diz respeito aos eleitores, estes têm conhecimento de quem devem procurar para solucionar um problema específico ou obter algum benefício, seja individual ou coletivo, assim como têm consciência de como devem se comportar. As informações são recebidas ao ingressar em uma rede na qual circulam as orientações sobre como agir para atingir o objetivo almejado.

As práticas clientelistas não constituem atos ilegais; todavia, podem ser consideradas imorais dependendo da perspectiva da sociedade sobre elas. Não são consideradas ilegais uma vez que, na maior parte, as ações estão em conformidade com as legislações atuais do país. Podem ser considerados imorais em virtude de a maioria da sociedade assim categorizá-los. Dessa forma, clientelismo e corrupção constituem fenômenos distintos. O clientelismo guarda semelhanças com a corrupção e pode até apresentar uma relação próxima com ela; no entanto, o clientelismo, por não transgredir nenhuma norma prevista no código penal, não pode ser classificado como corrupção. Ao realizar tal prática, pode ocorrer a transformação em corrupção, tanto pela rede que gera quanto pela maneira como os bens públicos são alocados.

Essas medidas não estão associadas ao atraso econômico, uma vez que são adotadas em nações tidas como desenvolvidas. Não estão associadas ao capitalismo, uma vez que também foram implementadas em nações de orientações socialistas. Não estão relacionados ao atraso cultural ou educacional, uma vez que em nações tidas como possuidoras de elevado padrão cultural e educacional também ocorre essa forma de alocação de recursos. O clientelismo configura uma modalidade de governo e gestão dos recursos públicos, visando a perpetuação no poder de quem ocupa cargos



governamentais, sendo uma estratégia presente em diversas localidades no contexto político. Esse modelo de administração estabelece uma conexão entre as esferas governamentais locais e a federal.

As interações no clientelismo são amplamente disseminadas, podendo englobar diversos elementos no decorrer do processo. Contudo, cada item que é intercambiado apresenta referências às circunstâncias gerais dos grupos; isto é, os produtos que são substituídos são aqueles dos quais os grupos necessitam para preservar sua coesão. Essas trocas são de natureza pessoal e criam promessas e expectativas de retorno no futuro.

Na sociedade brasileira, a lógica da troca é amplamente difundida e aplicada a associações, instituições políticas, agências públicas, partidos políticos e grupos de facção. Podem existir grupos ou associações que estabeleçam vínculos entre políticos e eleitores. Essas entidades configuram estruturas nas quais diversos eleitores conectam-se a um político, constituindo uma rede de relações de troca. Além disso, podem surgir pirâmides de relações político-político-eleitor, que se caracterizam pela interação entre vários líderes de grupos político-eleitor, que, por sua vez, formam laços com outros agentes posicionados em níveis superiores na hierarquia. Dessa maneira, é possível constituir grupos políticos que firmam pactos visando atingir a quantidade necessária de votos em um pleito eleitoral, além de trocarem benefícios entre os participantes da estrutura.

O clientelismo e o nepotismo constituem dois conceitos distintos. O nepotismo refere-se à situação em que um agente público emprega sua autoridade para favorecer um parente, obtendo, assim, vantagens que deveriam ser concedidas de forma equitativa a todos. O clientelismo consiste na alocação de recursos públicos a indivíduos visando à manutenção de lealdade, conforme mencionado anteriormente. Entretanto, ambas as ações podem ser empregadas para ajudar os familiares do agente público.

Tabela 1

Conceito	Definição	Uso
Clientelismo	Troca de votos por bens públicos que pode ocorrer através das relações por amizade, familiaridade ou patron-cliente. Pode ser uma relação assimétrica ou linear quando ocorre por amizade.	Eleitores e atores políticos.
Clientelismo familiar	Favorecimento de um ente familiar para adquirir benefícios públicos e/ou votos independente ou não de sua capacidade para o cargo.	Familiares

Fonte: Autores.

É fundamental que uma situação permaneça evidente: na relação clientelista, existe uma subordinação entre aqueles que necessitam dos recursos e aqueles que possuem a autoridade para distribuí-los. Não se trata de uma relação entre similares.



### 3 TIPOLOGIAS DO CLIENTELISMO E DINÂMICAS LOCAIS DE PODER:

Serão demonstrados exemplos de investigações efetuadas e elaboradas com as análises necessárias para que se possa entender de que maneira se processam as administrações e transições nos municípios onde há a influência do clientelismo.

#### 3.1 ARARUAMA RJ

Lopez (2004) investigou a interação entre os vereadores de Araruama, no estado do Rio de Janeiro, e os eleitores, bem como a relação entre estes e a administração municipal. Em 2000, período em que a investigação foi efetuada, Araruama contava com 69.090 habitantes e 57.928 eleitores, configurando-se, portanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como um município de dimensão reduzida.

Conforme afirmado por Lopez (2004), a satisfação dos interesses específicos dos eleitores no município constituía um aspecto imprescindível na interação entre o Legislativo e os cidadãos. Dessa forma, a abordagem das questões pessoais pode revelar se um vereador desempenha bem suas funções para seus eleitores e se deve ou não permanecer na carreira pública. Em relação ao vereador, a maioria de suas atividades com os eleitores ocorre durante encontros presenciais. O vereador, nesta circunstância, encontra-se em uma posição na qual deve optar por apoiar o Prefeito local, garantindo que consiga atender às necessidades de seus eleitores, ou se opor a ele, o que acarretaria dificuldades para sua capacidade de atendimento.

As atividades políticas dos vereadores municipais situam-se entre as legislações universais que devem ser respeitadas e que são impessoais, e o atendimento das demandas individuais dos eleitores, que, frequentemente, requer um relacionamento clientelista. Nesse contexto, os vereadores devem constantemente optar entre o universal (legislações, políticas públicas) e o particular (solicitações dos eleitores, amizades, padrinhos políticos). Conforme o autor, os vereadores frequentemente optam por atender às demandas clientelistas de seus eleitores.

As sessões plenárias do município de Araruama predominavam em requerimentos relacionados a moções e indicações. As moções mais frequentemente utilizadas eram as de congratulações. As orientações referiam-se a solicitações para serviços destinados às comunidades locais dos vereadores, como pavimentação asfáltica, iluminação pública, entre outros. As indicações consistiam em solicitações formais ao poder executivo para que as obras fossem executadas, apresentando justificativa de interesse público. Era responsabilidade dos vereadores, ao efetuarem os pedidos, tornar públicas suas atividades e, portanto, eles informavam prontamente seus eleitores. O Executivo poderia, ou não, acatar tais solicitações. Conforme o autor, a decisão de realizar ou não a obra configurava uma opção política, em detrimento de uma questão técnica. Ao ser executada a obra, a comunidade se vê representada pelo agente político.





A designação de assessores políticos e familiares na Câmara Municipal constitui igualmente um aspecto essencial. É possível que os assessores sejam familiares, uma situação que se justifica pela lealdade e confiança exigidas pela função. O assessor deve prestar atendimento a todos os eleitores em representação ao vereador. Dessa maneira, estabelece-se uma rede de interações.

Os eleitores percebem seus vereadores como intermediários que possuem a capacidade de acessar os bens públicos com menos burocracia em comparação aos demais, em virtude de sua relação com outros atores políticos. Os eleitores entendem que suas necessidades individuais devem ser atendidas por eles mesmos.

Os vereadores tinham a possibilidade de requisitar pedidos para qualquer setor do município; no entanto, na maioria das circunstâncias, as solicitações eram direcionadas à área onde detinham um maior número de votos, como uma estratégia para conservar seus eleitores. Ocorriam, ocasionalmente, situações em que um invadia o território do outro. Isso evidencia uma luta incessante pela manutenção do poder.

O que transcorre em Araruama é equivalente ao que se observa em pequenas cidades em todo o Brasil. O candidato a vereador pode receber votos em todo o território municipal; no entanto, é realizado um estudo que demonstra que sua base eleitoral se concentra em uma região específica. Demais candidatos do mesmo partido não concorrem com este na referida região. Dessa forma, o partido segmenta o município em regiões e, nessas áreas, apoia os candidatos, os quais serão designados como candidatos A, para os cargos públicos. Entretanto, outros partidos têm a possibilidade de lançar candidatos na mesma circunscrição eleitoral do candidato A; assim, a competição por uma vaga no legislativo estabelece uma competição acirrada entre esses candidatos. Os candidatos ao cargo de prefeito possuem maior notoriedade e necessitam de apoio eleitoral em todo o município; portanto, buscam suporte junto aos candidatos a vereador. Nesse contexto, as coligações partidárias são imprescindíveis. A coalizão deve ser estabelecida com os partidos que apresentam candidatos em toda a extensão do território eleitoral. Nessa circunstância, o postulante ao cargo de prefeito contará, ininterruptamente, com um candidato a vereador em cada localidade, realizando campanha em seu benefício.

Durante o período da campanha eleitoral, o clientelismo emerge, embora haja uma proibição legal quanto à prestação de atendimentos particulares. Os eleitores compreendem que, neste momento, os candidatos necessitam de seus votos e os estão negociando. Os pedidos manifestados abrangem desde a construção de muros para residências, fornecimento de telhas, serviços prestados nos postos de saúde, transporte para pessoas em situação de vulnerabilidade, entre outros. Os postulantes buscam atender às expectativas de seus eleitores, respeitando as normas da legislação eleitoral. Dessa forma, muitos designam um assessor para atender a essas solicitações em seu nome, sem que sua presença seja necessária. A situação se repete com os postulantes à posição de prefeito.





Após o pleito, os candidatos eleitos permanecem realizando seus atendimentos individuais em suas respectivas regiões eleitorais. Para incrementar a quantidade de votos em uma futura eleição, é frequente que um vereador expanda sua atuação no domínio eleitoral de outro. Para isso, os vereadores que apoiam o prefeito obtêm as vantagens deste e as repassam para seus eleitores. É comum, nessas localidades, observar pessoas buscando a presença de vereadores para obterem empregos, atendimentos em órgãos públicos e outras solicitações.

No que tange ao prefeito eleito, este permanece na condição de satisfazer as demandas individuais e coletivas dos moradores do município. Para isso, examina-se no contexto político a ação que proporcionará os melhores resultados. As exigências de políticas públicas são avaliadas com base na quantidade de votos que elas podem gerar. Nesse caso, as solicitações específicas, quando são apresentadas, são atendidas por este, considerando que os indivíduos são eleitores do prefeito.

No que tange aos eleitores, estes tornam-se leais apoiadores dos candidatos que satisfazem suas demandas específicas, frequentemente tecendo críticas àqueles que não o fazem. Nesses municípios, exercer a política de maneira eficaz consiste em satisfazer as demandas específicas dos eleitores.

### 3.2 IBIRITÉ MG

Ibirité é um município situado na região metropolitana de Belo Horizonte, a 24 quilômetros da capital do estado de Minas Gerais. No seu artigo “A raiz do Poder em Ibirité”, Silva (2016) investiga de que maneira a família Pinheiro se expande econômica e politicamente em consonância com o município estabelecido por um integrante da própria família Pinheiro. Este artigo investiga como se processa a transição política após a derrota de um membro da família Pinheiro na eleição de 2016, em favor de Willian Parreira.

A trajetória do município se entrelaça com a biografia de Antônio Pinheiro Diniz, progenitor de Antônio Pinheiro Júnior, amplamente conhecido como Toninho Pinheiro, que ocupou o cargo de prefeito de Ibirité em três ocasiões. Em 1958, foi constituída uma comissão para a emancipação do distrito que era subordinado ao município de Betim, situado na região metropolitana de Belo Horizonte. Integravam essa comissão: José Campos Taitson, Luiz Santos, João Ferreira de Freitas, Antônio Pinheiro Diniz (vereador em Betim), Felismino Rodrigues, Hugo Luiz Camargo, Arthur Narciso Campos, Ulisses Caetano de Lima e Wilson Aguiar. A referida comissão estruturou toda a documentação necessária para que o distrito fosse convertido em município. Entretanto, apenas em 1962 o distrito eleva-se à condição de município.

A seleção do intendente municipal revela a predominância de Antônio Pinheiro Diniz. Por meio de uma articulação política clientelista, ele obteve a escolha de José Wanderley Cabral de Barros, que foi eleito como o segundo prefeito do recém-criado município, entre 1967 e 1971. Durante a gestão entre os anos de 1989 a 1992, Antônio Pinheiro Júnior, o primogênito, comandou o município,



assim como nas administrações de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008. Antônio Pinheiro Neto exerceu a governança do município entre os anos de 2013 e 2016. Em 2016, o que era então o segundo prefeito eleito mais jovem do Brasil, perdeu a disputa para Willian Parreira.

Durante o seu primeiro mandato, a formação do secretariado de Antônio Pinheiro Júnior foi a seguinte:

Tabela 2 - Composição da secretaria municipal entre 1989-1992. Prefeito Antônio Pinheiro Júnior:

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Chefe de gabinete	Dinis Antônio Pinheiro	irmão
Assessora especial	Ione Maria Pinheiro	irmã
Diretor departamento de administração	Fernando Rodrigues	Vice-prefeito entre 1971-1973
Diretora departamento de educação e cultura	Irene de Melo Pinheiro	mãe
Diretor departamento de saúde e ação social	Hervê de Melo	Vereador nas legislaturas: 1993-1996 e 1997-2000
Assessor de comunicação e relações públicas	José César do Prado	Vereador nas legislaturas: 1983-1988 1993-1996

Fonte: Ibirité Renovação – Biblioteca pública

A seleção do intendente municipal revela a influência de Antônio Pinheiro Diniz. Por meio de um jogo político clientelista, ele obteve a escolha de José Wanderley Cabral de Barros, que foi eleito o segundo prefeito do recém-criado município entre 1967 e 1971. Durante a gestão compreendida entre os anos de 1989 e 1992, Antônio Pinheiro Júnior, seu filho mais velho, exerceu a função de governante do município, assim como ocorreu nas administrações de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008. Antônio Pinheiro Neto exerceu a função de governante do município entre 2013 e 2016. Em 2016, o então segundo prefeito mais jovem eleito no Brasil foi derrotado na eleição por Willian Parreira. No decorrer de seu primeiro mandato, a composição do secretariado de Antônio Pinheiro Júnior foi a seguinte:

Tabela 3 - Composição das secretarias na gestão 2009-2012:

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Secretaria de obras	José César do Prado	Vereador nas legislaturas: 1983-1988 1993-1996
Secretaria de Planejamento	Antônio Pinheiro Neto	Filho de Antônio Pinheiro Junior (Toninho Pinheiro)
Secretaria da saúde	Nádia Conceição Machado Lima Pinheiro	Esposa de Antônio Pinheiro Junior (Toninho Pinheiro)
Secretaria de Governo	Hervê Melo	Vereador nas legislaturas: 1993-1996 1997-2000
Secretaria de esporte, lazer e cultura	Carlos Batore substituído por Vicente Tarley	Vereador nas legislaturas: Vicente Tarley 2005-2008.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibirité



O prefeito Antônio Pinheiro Júnior, amplamente conhecido como Toninho Pinheiro, designou seu filho, Antônio Pinheiro Neto, popularmente chamado de Pinheirinho, ao cargo de secretário de Planejamento, aos 18 anos de idade, seu cônjuge e os vereadores para as pastas. O clientelismo familiar configura-se como uma modalidade de clientelismo em que os detentores do poder de acesso aos recursos públicos os distribuem entre seus parentes, com o intuito de garantir que esses também consigam acessar os bens públicos. No que tange a Antônio Pinheiro Júnior, a ação é executada de maneira exemplar, pois seus familiares conseguem obter esse acesso não apenas no município de Ibirité, mas também como deputados estaduais na Assembleia Legislativa e como deputado federal, cargo que Antônio Pinheiro Júnior conquistou na eleição de 2014, na Câmara dos Deputados.

Tabela 4 - Composição do secretariado de Antônio Pinheiro Neto 2013-2016:

Secretaria	Ocupante	*proximidade com o chefe do Executivo municipal
Secretaria de Planejamento	Hervê Melo	Vereador nas legislaturas: 1993-1996 1997-2000
Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Agropecuária, Turismo e Segurança Pública.	Márcio Leonardo Brandão Grossi	Filho de Márcio Grossi – prefeito por 1 mandato no município, foi vice-prefeito.
Secretaria de Desenvolvimento Social	Laércio Marinho Dias	Ex-prefeito que não concorreu à reeleição para que Pinheirinho fosse eleito prefeito municipal.
Secretaria de Saúde	Nádia Conceição Machado Lima Pinheiro	Mãe de Pinheirinho
Secretaria de Obras	Vicente Tarley	Vereador na legislatura: 2005-2008

Fonte: Prefeitura de Ibirité

O prefeito Pinheirinho, na continuidade das atividades de seu pai, designa sua mãe e os filhos de ex-prefeitos que receberam o apoio da família para o cargo de secretário de saúde. No que se refere a Laércio Dias, que desempenhou a função de prefeito, este optou por não se candidatar à reeleição, possibilitando assim que Pinheirinho concorresse e se tornasse o segundo prefeito mais jovem eleito do Brasil.

A fim de evidenciar que se trata de uma situação estrutural no município, o prefeito eleito de Ibirité nas eleições de 2014, Willian Parreira, designou sua esposa, Carina Bitarães, para o cargo de secretária de saúde; André Weiss Telles, filho do vice-prefeito Paulo Telles, que já atuou como prefeito por duas ocasiões e vice de Toninho Pinheiro em uma gestão, foi nomeado para a secretaria da administração; e o pastor Elias Silva foi escolhido para liderar a secretaria de desenvolvimento social.

Na ocasião de sua emancipação, em 1962, a população de Ibirité era composta por trabalhadores do campo e proprietários de terras. A economia do município fundamentava-se na agricultura e na exploração de minério de ferro destinado à exportação. Devido à proximidade com



Belo Horizonte, o município atraiu um número considerável de pessoas. Assim, desde sua emancipação, o município vivencia uma transformação do meio rural para o meio urbano.

Tabela 5 - Crescimento populacional do município:

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1970	3817	15691	19508
1980	27429	12541	39970
1991	91193	1482	92675
2000	132131	712	132843
2010	158.590	364	158.954
2014			171.932

Fonte: IBGE

Em Ibirité, a evidência do clientelismo familiar e do clientelismo existente entre instituições e eleitores se torna manifesta. Ao percorrer as vias, observam-se veículos, como automóveis e ônibus, contendo os nomes dos vereadores evidenciados nas laterais, sinalizando ao eleitor que tais representantes estão a serviço de seus apoiadores. Entretanto, em virtude do aumento populacional, tornou-se imprescindível formalizar a interação entre os eleitores e os eleitos. Aqueles que buscam um agente político por meio de práticas clientelistas têm suas demandas atendidas de maneira significativamente mais ágil em comparação àqueles que enfrentam a burocracia da instituição.

O recém-eleito prefeito Willian Parreira, ao avaliar os desafios na formação de parcerias com os vereadores da legislatura anterior, estabelece acordos com lideranças comunitárias. A nomeação do pastor Elias Silva, da Igreja Batista, para o cargo de secretário de desenvolvimento social, evidencia a metamorfose que se dá no esquema clientelista, o qual começa a ser efetivado por meio de líderes que detêm influência em coletivos regionais. O denominado "pork barrel". Simultaneamente, preserva o clientelismo familiar ao designar parentes de primeiro grau para posições eletivas, conforme era praticado por aqueles escolhidos pela família Pinheiro.

### 3.3 CONTAGEM

O município de Contagem encontra-se na região metropolitana de Belo Horizonte, que é a capital do estado de Minas Gerais. A localização estratégica entre Belo Horizonte e Betim, com o acesso pela rodovia Fernão Dias, que conecta a capital mineira à paulista, propiciou o desenvolvimento de um polo industrial diversificado no município.

De acordo com o IBGE, a população do município é estimada em 683.800 habitantes; desse total, 459.948 indivíduos exerceram o direito de voto em 2016, conforme informações do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. O distrito foi promovido à categoria de município por meio da lei



estadual nº 336, datada de 27 de dezembro de 1948, desvinculando-se de Betim. O distrito sede foi estabelecido em 1º de janeiro de 1949.

Nas eleições de 2016, registrou-se um total de 553 candidatos ao cargo de vereador no município, concorrendo a 21 vagas, o que resulta em uma média de 26,33 candidatos por vaga. Nesse contexto bélico, o clientelismo representa um recurso utilizado por diversos candidatos para assegurar a vitória nas eleições. Assim, a área em que cada um compete é igualmente o local onde cada candidato busca satisfazer as necessidades de seus potenciais eleitores. Os eleitores estão cientes dessa informação e, nesse intervalo, buscam possíveis recompensas, mesmo que para isso precisem falsamente afirmar que votaram em um determinado candidato.

Após as eleições, é frequente, ao ingressar na câmara, deparar-se com gabinetes de vereadores repletos de indivíduos em busca de atendimento para suas reivindicações. Os vereadores escolhidos no município buscam um equilíbrio no exercício de seu poder, atendendo às demandas individuais e coletivas de seus eleitores, assim como dos potenciais votantes nas próximas eleições. No município, observa-se a presença de características de clientelismo, embora a quantia de eleitores seja significativa e a câmara municipal esteja formalmente estruturada para atender às demandas apresentadas; há até mesmo uma escola do legislativo.

Percorrendo o município de Contagem, é possível notar circunstâncias que evidenciam uma adaptação aos novos tempos na prática política, como o que se denomina escritório itinerante, onde, em espaços públicos, um vereador monta uma cabana na qual se encontram dois atendentes, com o objetivo de coletar sugestões de projetos de lei elaboradas pelos cidadãos locais. Os referidos projetos são examinados pelo vereador e convertidos em projeto de lei, caso apresentem viabilidade.

Dessa maneira, observa-se que os vereadores desempenham suas funções ao responder às demandas que emergem por intermédios institucionais e por meio de solicitações individuais. Certos candidatos apresentam votação que não se concentra em apenas uma região.

### 3.4 SÃO PAULO CAPITAL

São Paulo, a cidade com a maior população do Brasil, possuía, em 2017, uma estimativa de 12,1 milhões de habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para entender os eventos que se desenrolam neste município, serão analisados em comparação dois artigos: um de Caetano (2005) e outro de Silva (2011).

Conforme Caetano (2005), em virtude da maneira como se realizam as eleições no Brasil, onde a área geográfica de votação do vereador é o município, não se observa, em São Paulo, uma solidificação do clientelismo. O autor afirma que os sufrágios dos vereadores estão disseminados por diversas áreas vinculadas ao município. Conforme o autor, nas eleições municipais de 1992 e 2000,



mais de 50% dos candidatos eleitos receberam seus votos provenientes de mais de seis distritos distintos. Apenas um terço dos candidatos eleitos direcionou seus votos para uma região específica.

De acordo com Silva (2011), não existe, de fato, uma área em São Paulo caracterizada como um padrão de concentração de votos sob a hegemonia de um único vereador. O autor esclarece que tal ocorrência se deve à intensa concorrência entre os candidatos ao cargo na câmara municipal em distritos de grande magnitude. Os poucos predominantes em uma região específica também têm seus votos distribuídos pelo município. Conforme a pesquisa efetuada pelo autor, há concordância com Caetano no sentido de que não se observa uma cristalização do clientelismo nos Projetos de Leis submetidos pelos vereadores na 14ª legislatura. Entretanto, entre os vereadores que detêm votos concentrados em uma região específica, pode-se identificar o fenômeno designado pela literatura como *pork barrel*, que consiste em uma ação clientelista direcionada a grupos. Tal estratégia não se apresenta como a predominante entre os vereadores que almejam votos.

#### **4 CLIENTELISMO, TERRITÓRIO E MEDIAÇÃO POLÍTICA EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS:**

O clientelismo manifesta-se de diversas maneiras nos municípios brasileiros. A quantidade de indivíduos na população influencia o processo, não pela simples contagem de habitantes, mas porque, para atender às solicitações, é imprescindível estruturar a forma como essas demandas se comunicarão com aqueles que podem fornecer as respostas. Esse fenômeno acontece por dois motivos: estruturar a forma como essas solicitações serão encaminhadas, sem uso de violência, ao destinatário e permitir que se possa escolher quais demandas serão atendidas e em que prazo, em decorrência da estratégia do jogo político. Nesse contexto, a classificação dos municípios em categorias de pequeno, médio e grande porte visa demonstrar como o aumento populacional impacta as dinâmicas políticas, não se tratando de uma condição estática entre quantidades e modalidades de administração.

Dessa forma, nos municípios com até 100.000 habitantes, é viável atender a essas demandas de maneira clientelista por meio de atendimentos individuais aos clientes. Os eleitores esperam que os representantes atendam às suas solicitações, sejam estas de natureza individual ou coletiva. Em diversas cidades, é frequente que o chefe do executivo estabeleça datas específicas para receber a população em seu gabinete.

Normalmente, esses municípios, juntamente com seus bairros, situam-se em localizações mais afastadas dos principais centros urbanos. Em virtude da reduzida quantidade de habitantes, é frequente que a maioria se conheça, promovendo uma maior proximidade entre os residentes da localidade. A coesão mecânica entre os membros da sociedade propicia o surgimento de diversos vínculos de afeto e intimidade entre eles. Apesar de frequentemente estarem situadas em regiões metropolitanas, observa-se um conflito entre o estilo de administração nessas áreas e o dos centros urbanos. A principal





fonte de receita desses municípios provém dos repasses realizados pelos governos estadual e federal. Existe uma dependência desses municípios em relação a serviços fornecidos por outras localidades, as quais recebem uma quantia superior de recursos oriundos dos governos estaduais e da União. A administração municipal é a principal fonte de emprego para a mão de obra da região.

Figura 2 - Composição dos municípios no Brasil em 2016:



Fonte: IBGE

É frequente, nesses municípios, a escassa quantidade de servidores públicos efetivos, sendo a administração municipal, geralmente, a principal fonte de emprego. Esse fato leva as pessoas a utilizarem seu voto como uma forma de barganha em benefício dos serviços públicos prestados. A maior parte das pessoas se torna leal ao seu padrinho político, realizando campanhas e promovendo seu nome entre familiares e amigos.

Os vereadores municipais que pertencem à chapa em apoio ao chefe do executivo recebem uma cota de pessoas que podem ser indicadas para exercer funções na prefeitura. Essa cota é estabelecida pela quantidade de votos obtidos pelo vereador nas eleições. A magnitude do poder exercido pelo padrinho político está diretamente relacionada ao nível de proteção concedido àquele que usufrui do benefício público. É frequente observar, nesses municípios, a distribuição de presentes por alguns vereadores em datas comemorativas, como o Dia das Crianças, o Dia das Mães e o Natal. É comum que cada vereador busque proporcionar um serviço clientelista para atender às demandas e se destacar em relação aos demais colegas de legislatura.

Os eleitores favorecidos, durante o período eleitoral, se engajam nas campanhas eleitorais sem exigir compensação, uma vez que estão cientes de que seus empregos estão atrelados ao sucesso do



candidato que os recomendou. Costumam ser chamados de municípios dormitórios aqueles que não conseguem proporcionar uma quantidade adequada de empregos para seus habitantes.

Essa medida resulta em um executivo com uma agenda de poder e um legislativo subordinado a ele. Assim, estabelece-se uma rede de interações entre o Executivo, o Legislativo e os eleitores, a qual impacta a qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições. É frequente que vereadores que não obtêm êxito em uma eleição e que integravam a base aliada do prefeito municipal assumam uma pasta na administração local, possibilitando a contratação de indivíduos de sua confiança. Nesta transação, o poder Legislativo valida todos os projetos de lei, bem como o orçamento anual das prefeituras, sem realizar uma análise aprofundada. Frequentemente, nesses municípios, uma ou duas famílias tradicionais da região exercem predominância sobre o panorama político. É frequente o clientelismo familiar, no qual parentes de primeiro ou segundo grau são nomeados para ocupar secretarias com o intuito de darem início às suas trajetórias políticas.

Nos municípios de médio porte, surge a necessidade de se institucionalizar o método pelo qual as demandas dos habitantes locais serão atendidas, considerando que as necessidades são dispersas e podem ocasionar conflitos e desordens entre aqueles que buscam acesso aos bens públicos. Costumeiramente, nessas circunstâncias, as famílias que possuíam o poder passam a enfrentar ameaças de outras que propõem alternativas para atender às demandas que emergem nos municípios. Essas transições, em várias ocasiões, apresentam conflitos e nem sempre se desenvolvem de maneira harmoniosa. No período eleitoral, podem emergir ameaças, e grupos que apoiam uma das partes podem entrar em confronto. As rivalidades emergem em tais ocasiões. O que acontece é que um grupo está se afastando do poder, enquanto outro assume, contudo, o clientelismo persiste como método de atendimento a diversas demandas.

No que diz respeito aos candidatos ao poder legislativo que possuem bases eleitorais em pequenas áreas dentro do município, essas iniciativas se mantêm. Habitualmente, um vereador busca responder a solicitações em áreas específicas, almejando expandir sua atuação para novas regiões, que, em regra, já contam com um representante. Assim, nas câmaras municipais, o clientelismo gera um conflito entre os eleitos e, frequentemente, não favorece a colaboração entre os vereadores em prol de uma causa específica. As ideologias dos partidos não são estimuladas a serem implementadas na realidade. Os próprios eleitores exigem de seus representantes tais atitudes em razão das dificuldades em acessar os bens públicos de outra forma.

Essas localidades encontram-se mais adjacentes aos núcleos urbanos. Comumente, em seus relatos, encontram-se histórias de indivíduos que deixaram pequenas cidades em busca de melhores condições de vida nas áreas urbanas, estabelecendo-se em bairros adjacentes aos seus locais de trabalho. A solidariedade mecânica começa a dar espaço para a solidariedade orgânica. Frequentemente, nesses municípios, surgem grupos de indivíduos que se conhecem, contudo, nem



todos possuem familiaridade entre si. A principal preocupação refere-se ao trabalho e ao estudo com o intuito de alcançar uma melhor posição no mercado.

Em sua maioria, as prefeituras municipais dependem dos repasses realizados pelos governos estadual e federal, além de serem as principais empregadoras das localidades. Contudo, observa-se o surgimento de aglomerados industriais e estabelecimentos comerciais em algumas cidades, que cresceram paralelamente ao desenvolvimento dos bairros e distritos, incluindo comércios provenientes de outras regiões. Esses municípios continuam a depender dos grandes centros urbanos para a prestação de serviços públicos de maior relevância, como saúde. No entanto, alguns conseguem, em virtude da política local, atender parcialmente à demanda por esses serviços, que não são altamente especializados. O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil realiza transferências de recursos a municípios centrais para que estes possam atender às necessidades de regiões adjacentes.

Esses municípios, em geral, iniciam a manutenção de um quadro de servidores públicos com concurso, uma vez que as demandas o requerem. Dessa forma, as trocas de favores entre o Executivo e o Legislativo reduzem-se, entretanto, não se extinguem. A autoridade sobre a agenda continua a ser detida por aqueles que estão à frente do executivo; no entanto, em virtude das alterações no cenário político decorrentes do ingresso de novos participantes na disputa pelo poder local, em diversas circunstâncias o legislativo é utilizado como um elemento de equilíbrio entre os que deixaram e os que ascendem ao contexto político local como gestores do executivo. Caso a família que está perdendo poder consiga eleger aliados leais no legislativo durante o mandato da nova gestão no poder executivo, buscará obstruir a capacidade de agenda do prefeito eleito. Assim sendo, aqueles que ingressam na esfera política local precisam desenvolver estratégias para conseguir mitigar essas ações. Uma das estratégias consiste em buscar a eleição do presidente da câmara municipal, enquanto a outra envolve o uso do clientelismo com segmentos da população que não apoiaram o candidato que não obteve êxito, pressionando o legislativo a aprovar as pautas do executivo.

Uma outra questão referente a esses municípios é que, comumente, a geração de empregos não é exclusiva das prefeituras locais. O comércio e, frequentemente, a indústria — quando existentes — geram oportunidades de trabalho para a população local e para uma parte da população de municípios adjacentes. Assim, a dependência dos eleitores em relação a empregos diretos da prefeitura é reduzida, da mesma forma que diminuem as demandas de parte do serviço público em função dos benefícios disponibilizados pelas empresas, como planos de saúde, odontológicos, cestas básicas e outros. Dessa forma, a exigência por aprimoramentos nos serviços públicos cresce, especialmente nos setores da educação e da saúde, visto que a maior parte dos pais mantém seus filhos nas instituições de ensino públicas e possui familiares desassistidos pelos planos das companhias em que estão empregados. Essa mudança também gera conflitos entre os eleitores, uma vez que estes têm consciência de que podem necessitar de um representante político para resolver uma demanda específica, especialmente em



questões relacionadas a atendimentos em unidades de saúde ou a vagas em instituições de ensino. Dessa forma, o clientelismo permanece, embora com exigências mais rigorosas por parte daqueles que utilizam os serviços oferecidos.

O clientelismo, em virtude da institucionalização dos serviços, começa a ser praticado também por intermédio de líderes de comunidades locais, como dirigentes religiosos e representantes de bairros. O cidadão que necessita dos serviços públicos por meio da via institucional apresenta um tempo de espera maior para atendimento em comparação àqueles que recorrem à rede clientelista.

Em diversas situações, o clientelismo familiar persiste entre esses cidadãos como uma tática no contexto do jogo político regional. Familiares ocupam posições em secretarias governamentais e, frequentemente, em áreas que podem promover uma imagem mais favorável para o representante local, como os serviços comunitários.

Em relação aos grandes municípios, o clientelismo específico não produz o efeito observado em outras áreas, uma vez que as demandas são numerosas e em razão da extensão do território eleitoral. Nessas situações, o clientelismo se manifesta em menor quantidade em comparação aos atendimentos individuais; todavia, ocorre um aumento no atendimento a grupos que podem beneficiar o candidato ao cargo público ou político eleito. Dessa forma, para alcançar resultados mais eficazes, são estabelecidos convênios com organizações religiosas, representantes de comunidades, presidentes de associações de bairros, entre outros. Assim, frequentemente, o agente público não dispõe de uma região específica em que centralize sua base eleitoral, mas sim de votos dispersos em diversas áreas do município, em decorrência dos grupos que o apoiam politicamente.

Nos grandes centros urbanos, concentram-se as principais áreas industriais, o comércio e diversos outros serviços privados. Apenas 0,7% dos municípios concentram 30,2% da população do país. Nesses municípios, preserva-se a solidariedade orgânica; de modo geral, a solidariedade mecânica manifesta-se em grupos como familiares, religiosos e em aglomerados urbanos conhecidos como favelas. É frequente observar, nesses municípios, a combinação entre aqueles que apresentam expressivas concentrações de renda e os que não dispõem dessa riqueza.

Ao analisar as paisagens geográficas, nas quais se destacam as edificações e suas arquiteturas, torna-se evidente essa disparidade social. Dessa forma, aqueles que atuam na política desses grandes centros urbanos devem compreender que existem interesses divergentes nessas áreas. Normalmente, nas áreas mais carentes estão localizadas as habitações de indivíduos que atuam nos bairros mais abastados do município, para os quais o transporte público desempenha um papel significativo nas ações de política pública local. Apesar de serem impulsionadas, em parte, por uma necessidade de sobrevivência, as trocas de serviços e favores entre os indivíduos nos aglomerados ocorrem de maneira mais facilitada do que nos bairros de maior poder aquisitivo, onde cada serviço é mediado por um valor econômico.



Esses municípios figuram entre aqueles que não necessitam de recursos provenientes dos âmbitos estadual e federal para manter suas gestões administrativas locais. Recebem maiores recursos do Sistema Único de Saúde para prestar atendimento aos municípios adjacentes em serviços de saúde e proporcionam maiores oportunidades de trabalho. Consequentemente, tais municípios recebem um número superior de indivíduos em busca de melhores condições de vida. Ao se estabelecerem em cidades ou em bairros distantes do local de trabalho, surge a necessidade de constituírem associações comunitárias com o objetivo de satisfazer suas demandas. Nesta nova conjuntura, estabelecem-se associações de moradores, de natureza religiosa, comercial, de trabalhadores, entre outras.

O clientelismo estabelece-se, portanto, entre os dirigentes dessas associações, que trocam uma quantidade específica de votos por empregos nas câmaras municipais e/ou no executivo local. Numerosos desses líderes atuam como cabos eleitorais de seus patronos durante o período eleitoral, em troca de um benefício político ou de uma ocupação. Os cabos eleitorais referem-se a indivíduos que detêm algumas dezenas ou até centenas de votos, os quais não são suficientes para que consigam se eleger a um cargo eletivo. Atuam como líderes em suas comunidades, assumindo o papel de defensores das reivindicações locais, especialmente perante as autoridades públicas. Frequentemente, o cabo eleitoral comercializa seu respaldo a um candidato político. Assim, ele passa a ser responsável pela montagem dos escritórios, pela doação a necessitados e por uma parte da propaganda política de seu apoiador.

O cabo eleitoral nem sempre comercializa os votos que “possui”; alguns tornam-se militantes políticos em determinadas legendas. Entretanto, muitos substituem seu apoio por posições nas instituições políticas, comportamento que fortalece a relação clientelista entre o político e o cabo eleitoral. O agente político, ao estabelecer uma conexão entre o eleitor e o político, apresenta uma alternativa: o eleitor pode optar por aceitar uma recompensa imediata em troca de seu voto ou investir em benefícios mais amplos, embora incertos. Aqueles que integram o grupo clientelista trocam seus votos por lealdade política; dessa forma, o eleitor passa a atuar como um cabo eleitoral de seu padrinho.

Nessa circunstância, é frequente observar em bairros faixas que expressam agradecimentos a determinado político pelas obras realizadas na área, acompanhadas dos nomes das pessoas que solicitaram tais intervenções, de modo que a população local possa reconhecer a relevância de ter um representante ou cabo eleitoral próximo a um político.

O clientelismo que existe entre as instituições da prefeitura e das câmaras municipais perdura em virtude da necessidade de atender às reivindicações dos eleitos e do interesse de conservar o status quo inalterado por parte dos que exercem o poder. Para o chefe do executivo municipal, é imprescindível a aprovação dos projetos de lei encaminhados às câmaras municipais, assim como a prestação de atendimento às demandas dos eleitores pelos vereadores. Neste contexto, as trocas



ocorrem de maneira mutuamente envolvida, e tal ação impacta a qualidade da representação política e da democracia. Esse tipo de clientelismo, ainda que esteja sujeito ao processo de institucionalização.

Em geral, nos municípios de grande porte, a maior parte dos servidores públicos é composta por concursados, o que reduz a possibilidade de clientelismo entre a prefeitura e a câmara local, no que se refere ao favorecimento de empregos. Contudo, observa-se que partidos políticos alinhados ao governo municipal, ao assumirem secretarias, indicam indivíduos de sua confiança para ocupar as posições disponíveis nessas subsecretarias. Aqueles que possuem conhecimento ou estabelecem conexões com pessoas dentro das prefeituras locais têm suas solicitações atendidas de maneira mais ágil em comparação àquelas que necessitam recorrer às instituições e processos burocráticos. Além disso, há favorecimento a líderes regionais, o que gera o pork barrel, caracterizando o clientelismo promovido com grupos de eleitores.

Com base no que foi observado, o clientelismo está diretamente relacionado à dependência, em maior ou menor medida, da população local em relação aos serviços oferecidos pela administração municipal. À medida que aumenta a dependência, intensifica-se o jogo clientelista referente aos atendimentos particulares; por outro lado, quando a dependência diminui, a influência nos atendimentos se torna mais proeminente em relação aos grupos de influência e aos partidos políticos. Trata-se, igualmente, de uma estratégia que permite ao grupo no poder preservar o status quo, assim como assegurar a permanência desse mesmo grupo na esfera política ou ampliar sua base eleitoral em relação às eleições estaduais e federais.



**REFERÊNCIAS**

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre Executivo e Legislativo em âmbito municipal: o caso de Araruama. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, p. 153-177, 2004.

SILVA, Jurutan Alves da. A raiz do poder em Ibirité. *NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 2, n. 2, 2016.

SILVA, Patrick. O pork barrel no município de São Paulo: a produção legislativa dos vereadores paulistanos. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

CAETANO, Bruno. Executivo e Legislativo na esfera local: agenda e construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 71, p. 111-135, mar. 2005.

NUNES, Edson. A construção do insulamento burocrático e do corporativismo e a nacionalização do clientelismo. In: NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SINGER, Paulo. O político profissional. In: IANNI, Octavio; SINGER, Paulo; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco C. *Política e revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. Disponível em: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>. Acesso em: ago. 2017.

